



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

**MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMPREGO E SEGURANÇA
SOCIAL**

**INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA A MINISTRA DO
TRABALHO, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL NA 105^a
CONFERÊNCIA DA OIT, EM GENEBRA, SUÍÇA**

SUA EXCELÊNCIA Dra. **Vitória Dias Diogo**, MINISTRA DO
TRABALHO, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Genebra, 06 de Junho de 2016

**SENHORA PRESIDENTE DA 105ª SESSÃO DA
CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO;**

**SENHORES VICE-PRESIDENTES DA 105ª SESSÃO DA
CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO;**

SENHOR DIRECTOR-GERAL DA OIT;

**SENHORES MINISTROS E REPRESENTANTES DOS
GOVERNOS PRESENTES;**

**DIGNÍSSIMOS REPRESENTANTES DOS
EMPREGADORES E DOS TRABALHADORES;**

DISTINTOS CONVIDADOS;

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Sinto-me privilegiada por em nome do Governo da República de Moçambique, da Delegação Tripartida que me acompanha e em meu nome pessoal, usar da palavra nesta magna Assembleia, e saúdo a todas delegações presentes.

Permitam-me que felicite o Governo da República da África do Sul e em particular a Sua Excelência, **Nelisiwe Mildred**

Oliphant, Ministra do Trabalho deste País, pela sua eleição para presidir os trabalhos desta Sessão e sobretudo pela excelente condução dos trabalhos desta conferência. Desejo muitos êxitos em mais esta nobre missão que dignifica não apenas o seu país, mas a África no geral.

Felicito e agradeço o Senhor Guy Ryder, Director Geral da OIT e a sua equipa de trabalho pelo cometimento em prol da materialização dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável, com destaque para a promoção do trabalho digno, um dos principais vectores concorrentes para a redução da pobreza no mundo.

SENHORA PRESIDENTE

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

O tema escolhido pelo Senhor Director Geral para o seu Relatório, designadamente **“Iniciativa para o Fim da Pobreza, a OIT e a Agenda 2030”**, surge num momento oportuno e crucial da trajetória da grande maioria dos países, sobretudo para os países em desenvolvimento, como é o caso de Moçambique.

O Relatório elucida-nos e convida-nos a apropriarmo-nos da Agenda 2030, através da elaboração e implementação de Estratégias Nacionais, onde a criação de mais e melhores empregos materializa o princípio do “trabalho digno”.

No quadro da implementação do Programa Quinquenal, o nosso Governo vem desenvolvendo e adoptando políticas e estratégias que têm como referência a Agenda 2025; a Estratégia Nacional de Desenvolvimento, a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica, a política do conteúdo local, o Plano Nacional de Investimento Agrário.

O Sector de Educação, sobretudo na componente da qualificação do capital humano através da formação profissional tem sido, igualmente, priorizado pelo Governo, pois uma educação de qualidade é um dos factores impulsionadores do desenvolvimento. Por isso, reformas decorrem neste sector, com destaque no subsistema de Educação Profissional com vista a sua adequação às necessidades do sector produtivo bem como ao aumento da empregabilidade dos trabalhadores e dos candidatos ao primeiro emprego, em particular de jovens que beneficiam

de um amplo movimento de estagios pre-profissionais, no âmbito das medidas activas da promoção do emprego .

Os resultados que temos vindo a registar na área da formação profissional, uma das componentes do Subsistema de Educação Profissional, encorajam-nos a prosseguir com as medidas de expansão, modernização e adequação dos programas curriculares às necessidades do mercado, um exercício que tem contado com a participação activa do sector privado e dos representantes dos trabalhadores . Fruto desta acção conjugada, cerca de **141 mil cidadãos, maioritariamente jovens**, dos cerca de 700 mil previstos no nosso Programa Quinquenal de Governação 2015-2019, **beneficiaram, de 2015 até Março do presente ano, de acções de formação profissional.**

Minhas Senhoras e

Meus Senhores

A atracção do investimento directo estrangeiro, tem igualmente merecido atenção do Governo, contribuindo na criação de mais postos de trabalho e deste modo

proporcionando melhores condições de vida para os cidadãos moçambicanos. Com efeito, dos cerca de **um milhão e quinhentos mil empregos** previstos no nosso Programa Quinquenal, foram criados, até Março transacto, cerca de **340 mil empregos**.

A preocupação do Governo não se circunscreve apenas à promoção do emprego, pois é nosso anseio que o mesmo seja cada vez mais digno. Neste sentido, para além das medidas de promoção do respeito pela liberdade de associação e negociação colectiva, **iniciamos, no presente ano, a inscrição dos Trabalhadores por Conta Própria no Sistema de Segurança Social**, dando oportunidade para que milhares de trabalhadores, exercendo actividades no sector não formal e no auto-emprego passassem também a ter acesso à segurança social, como um dos mecanismos para contribuir para transição do trabalho informal para trabalho formal.

Temos vindo a melhorar a capacidade institucional da nossa Inspeção do Trabalho por forma a garantir o cumprimento da legalidade laboral pelo sector privado. Aliás, reafirmamos o papel da Inspeção do Trabalho na promoção da

legalidade laboral com a apreciação positiva, pelo nosso Governo, empregadores e trabalhadores do **Protocolo à Convenção nº 81 Sobre a Inspeção do Trabalho** cuja ratificação terá lugar ainda este ano na Assembleia da República.

Reafirmamos igualmente como país, **o nosso compromisso de proibição do trabalho forçado ou obrigatório em todas as suas formas**, através do envio à Assembleia da República **do Protocolo à Convenção nº 29 Sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório**.

No âmbito da resolução extrajudicial de conflitos laborais, foram mediados cerca de **9.000** casos, dos quais **7.379** culminaram em acordo entre as partes desavindas, o que representa **82% de consensos**.

É através destas e outras medidas que o nosso Governo reassume o seu compromisso de abraçar a promoção do trabalho digno, como exercício chave para o alcance dos da paz e estabilidade laborais, que concorre para o aumento da produtividade e competitividade das nossas empresas e consequentemente da Economia.

Ilustres presentes

O Relatório do Director Geral sobre as Actividades da OIT no biénio 2014/2015, assenta nos quatro objectivos da Agenda do Trabalho Digno e enfatiza o facto da crise económica ter contribuído grandemente para o declínio das economias de muitos dos nossos países, o que acelerou o aumento dos níveis de desemprego e pobreza. Este facto conduziu a Organização à novos desafios fazendo com que juntamente com os países membros, repensasse em mecanismos para se fazer frente aos efeitos da crise. É assim que no meu país, Moçambique, ao nível da comissão consultiva do trabalho, o governo juntamente com os representantes dos empregadores e trabalhadores reafirmaram o seu compromisso com o fortalecimento e aprofundamento do diálogo.

Foi a partir de um vasto processo de auscultação **no dia 30 de Maio de 2016, realizamos a Conferência Nacional de Validação da Política de Emprego, presidida por Sua Excelência Presidente da República de Moçambique** e que contou com a participação dos representantes dos parceiros sociais e de vários segmentos

da sociedade. Gostaríamos de destacar o apoio inestimável da OIT na materialização deste grande sonho: **o de Moçambique ter pela primeira vez uma Política de Emprego feita por moçambicanos, para moçambicanos e em Prol do desenvolvimento de Moçambique.**

Reitero a cooperação profícua entre a OIT e Moçambique, nos domínios da promoção de mais empregos, consolidação do quadro legal e formação profissional.

Faço votos que desta importante Assembleia possam resultar decisões e recomendações importantes que dêem resposta aos grandes desafios que enfermam o mundo do trabalho, pois cada vez mais, necessitamos de desenvolver melhores estratégias para ultrapassar o problema do desemprego, promover o trabalho digno e assegurar o alcance da paz e justiça social nos nossos países.

Com estas palavras permitam agradecer a atenção por todos dispensada.

Muito obrigada